

Vinicius Lummertz*

Brasil, aonde os avós sacrificam os netos

O maior risco que o Brasil enfrenta hoje não é uma tarifa ou uma fala de cúpula. É o risco civilizacional de viver preso ao passado. Tanto a parte da direita quanto da esquerda brasileira ainda operam, hoje, a partir de lentes formadas no século XX — ou pior, no século XIX. O debate público gira em torno de ícones e inimigos que já não existem, ou que se transformaram profundamente. - O que os nossos filhos e netos ganham com isso?

Na extrema direita, há um fetiche persistente por 1964. Não raro, setores conservadores ainda tratam o golpe militar como modelo de ordem, progresso e crescimento. O Autoritarismo — que teve seus ótimos momentos de crescimento econômico, sim, mas ao custo da supressão de liberdades e da institucionalidade — é lembrada como um ideal de estabilidade, como se o tempo não tivesse passado, como se os desafios do Brasil em 2025 fossem os mesmos da Guerra Fria. Não são.

A lógica internacional mudou. Naquele tempo, os Estados Unidos apoiavam regimes militares como parte de uma estratégia para conter o avanço soviético. Hoje, os EUA não apenas abandonaram essa lógica — eles a condenam. Washington, especialmente após os anos 2000, redefiniu sua política externa: o apoio a democracias liberais passou a ser o eixo central de sua influência global. Isso os diferencia de potências centralistas, como Rússia e China; e é isso que “esperam” do Brasil, que sejamos uma democracia estável, previsível, funcional. Não mais um regime de força, ainda que “ordeiro”.

Reviver ou romantizar o passado, pois, não é apenas anacrônico, mas profundamente prejudicial à imagem e às aspirações internacionais do país.

Por outro lado, a esquerda brasileira também opera em modo vintage. Discursos anti-imperialistas, retórica de soberania nacional com moldura de 1970,

adesão automática a slogans de “resistência” internacional — mesmo quando isso significa defender ditaduras brutais como as do Irã, da Venezuela ou de regimes teocráticos que o Brasil, como democracia multiétnica, deveria rejeitar. Essa linguagem, como de parte da direita, é lida no exterior como populismo anacrônico — e, mais grave, como sinal de falta de realismo estratégico. Vimos isso no Brics, no Rio, enquanto o Brasil provocada os Estados Unidos, a primazia do dólar e Israel, o Presidente da China sequer veio. O Presidente da Índia calou. Ambos negociavam com os EUA. Ambos tem consciência: a guerra comercial é o melhor substituto para o que seria a Terceira Guerra Mundial, e este é um ponto chave. Tem seus lemes virados para o futuro.

Ambas as visões, à esquerda e à direita no Brasil, são variações do mesmo erro: tratar o presente com ferramentas do passado e fantasmas que já não se sustentam no contexto atual. Como escreveu Gabriel García Márquez, quando o realismo se deforma pelas obsessões do inconsciente coletivo, nasce o realismo fantástico — uma ilusão que, no nosso caso, custa caro.

O Brasil vive, assim, uma espécie de realismo fantástico político: de um lado, em parte da direita projetam no presente a sombra heroica de 1964. Do outro, a esquerda enxerga em Washington o mesmo “inimigo imperialista” que via nos tempos da guerra do Vietnã. Ambas as narrativas estão deslocadas do tempo histórico. Elas se projetam da nossa política interna para fora. Ambas deixam o Brasil paralisado internamente e de calça curta no cenário global.

E é neste ponto que a metáfora dos avós sacrificando os netos e filhos ganha força: quando as gerações mais velhas insistem em impor suas disputas ideológicas inconclusas e seus complexos às gerações futuras, o futuro é condenado a re-

petir um passado que não serve mais. Os jovens brasileiros não estão preocupados com o que aconteceu há sessenta anos. Estão preocupados com o que acontecerá nos próximos dez.

Eles querem prosperidade, discutir inteligência artificial, sustentabilidade, produtividade, educação digital, economia criativa, saúde mental, habitação e conectividade. Querem um lugar ao sol. Querem entender por que a China ensina programação no ensino fundamental, como fazem sua incrível revolução tecnológica e de infraestrutura, por que a Estônia já vive em governo 100% digital, por que a Índia atrai centros globais de pesquisa e inovação.

Mas o que a política oferece são debates sobre tanques, telegramas, grampos telefônicos, fantasmas ideológicos e retóricas que já não cabem em lugar nenhum.

O futuro pede passagem

O Brasil tem todos os atributos para ser um país relevante no século XXI: base democrática, diversidade cultural, recursos naturais, território extenso, paz social, economia diversificada e capital humano. Mas falta-lhe uma coisa: realismo estratégico.

Precisamos abandonar as disputas inconclusas do século passado. Nem o autoritarismo militar é solução, nem o antiamericanismo romântico constrói caminhos. O mundo exige pragmatismo, diplomacia, inovação e um senso de urgência que o Brasil, prisioneiro de seu passado precisa chutar pra frente. Uma relativa pacificação interna será a pré-condição.

Como disse certa vez George Kennan, o pai da doutrina de contenção americana: “O maior erro de um país é subestimar as mudanças do seu tempo.”

*Ex-ministro do Turismo; ex-secretário de Turismo de São Paulo

EDITORIAL

Juro elevado põe a indústria ‘de joelhos’

Fator que compromete, há meses, o desenvolvimento econômico nacional, os juros elevados — hoje no altíssimo patamar de 15% ao ano, que equivale a uma taxa real de juros de 8,65%, a segunda maior do planeta — têm sido determinantes para ‘frear’ o ímpeto da indústria, cujas condições financeiras exibiram trajetória de degradação no primeiro trimestre do ano (1T25).

Nesse cenário adverso, constante do estudo Sonda- gem Industrial — divulgado, na última sexta-feira (18), pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) — os empresários apuram margens de lucro mais estreitas, entraves de acesso ao crédito, além de fragilidade da demanda e alta carga tributária.

Em decorrência, o índice de insatisfação dos industriais recuou 0,4 ponto, ao passar de 48,8 pontos para 48,4 pontos, patamar que se distancia, ainda mais, da linha de 50 pontos, indicando retração.

Para o gerente de Análise Econômica da CNI, Marcelo Azevedo, “a piora das condições financeiras das empresas reflete a desaceleração da economia e os juros altos. Essa combinação prejudica o faturamento e aumenta alguns

custos para a indústria, o que faz com que os empresários sintam um aperto financeiro cada vez maior”.

Outra variável que atesta a tendência regressiva é o índice de satisfação do empregado com o lucro operacional, cuja queda foi mais acentuada, de 1 ponto, ao descer de 43,8 pontos para 42,8 pontos, o que reforça o estado de insatisfação. De igual modo, o índice de facilidade ao acesso ao crédito baixou 0,5 ponto, indo a 39,9 pontos, o que retrata problemas crescentes para obtenção de financiamento.

Fechando o rol de indicadores negativos, o índice de evolução do preço médio das matérias-primas caiu 5,4 pontos, para o nível de 57 pontos que, embora este se mantenha acima do viés positivo (acima dos 50 pontos), descreveu avanço menor, ante a igual período de 2024.

Quando consultados sobre os três principais problemas apresentados na atividade, 36,7% dos industriais ‘elegeram’ a carga tributária (equivalente hoje a 32,32% do PIB ou aproximadamente R\$ 969,6 bilhões), seguida das taxas de juros, para 29,5% deles.

Violência tão distante, mas tão perto e brutal

Nesta semana saiu a 19ª edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2025), referente aos dados da segurança pública no país registrados em 2024. A edição apontou alguns pontos positivos, como uma redução de 5,4% em mortes violentas intencionais e os números de roubo e furtos reduziram em todos os países.

Mas as más notícias são mais predominantes. Segundo o anuário, em 2024 houve um aumento de 408% (em comparação a 2018) nos crimes de estelionato no país — o que representa quatro golpes por minuto. Esse troca dos roubos e furtos físicos para o ambiente virtual é um reflexo do novo cenário das casas brasileiras: segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 88,9% da população a partir dos dez anos tem um telefone celular para uso pessoal (167,5 milhões de pessoas). Mas, para além dos danos financeiros, os danos físicos são os piores já registrados: 2024 registrou o maior número de estupros e estupros de vulneráveis registrados na história do país.

O Artigo 217-A do Código Penal classifica o estupro de vulnerável como “ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de catorze anos”. Em 2024, dos 87.545 estupros registrados, 76,8% das vítimas eram vul-

neráveis e mais de 61% tinham menos de 13 anos. As cidades que registraram maiores taxas do crime concentram-se no norte, e 65,7% dos casos de estupros no geral ocorreram dentro de casa.

E não bastassem os números absurdos e assustadores, o Anuário ainda aponta que o principal desafio registrado é a dificuldade de produção de provas para punir agressores. Ou seja, a tendência é que os números sejam muito mais elevados, especialmente porque a maioria dos casos não são registrados e as vítimas não registram queixa. A questão é ainda mais delicada, especialmente no caso de estupros de vulneráveis porque quase metade dos agressores são familiares das vítimas (45,5%). Então além da dificuldade de denunciar a violência — e muitas vezes as próprias vítimas demoram a perceber a violência em si — ainda há a chance do agressor ser defendido por outro lado da família.

A violência sexual é perigosa e traiçoeira por isso: ela é silenciosa. Nem sempre deixa marcas físicas, mas deixa marcas eternas no psicológico e emocional. Ela só parece ser distante, mas está muito mais perto do que se espera. E por isso que a vítima tem que ser acolhida, escutada e protegida.

Ruy Conde* e Isabel Carvalho**

Inteligência artificial: entre o discurso e a realidade

Apesar da crescente produção de princípios éticos e declarações públicas sobre inteligência artificial, a distância entre o discurso e a aplicação prática continua ampla. A maioria das propostas de regulação ainda não saiu do papel, travadas por disputas econômicas, pressões de grandes empresas de tecnologia e, muitas vezes, por falta de interesse político real em enfrentar os impactos da IA com regras claras.

Enquanto isso, a discriminação algorítmica avança silenciosamente. Sistemas usados em crédito, segurança pública e processos de recrutamento continuam operando sem transparência, afetando de forma desproporcional grupos historicamente marginalizados. O discurso da neutralidade técnica, usado com frequência para blindar esses sistemas de críticas, ignora que os algoritmos apenas automatizam desigualdades pré-existent.

Em novembro de 2023, participamos da construção da Declaração de Princípios de Direitos Humanos no âmbito da Inteligência Artificial no Mercosul, aprovada durante a 42ª Reunião de Altas Autoridades sobre Direitos Humanos (RAADH), em Brasília. O documento, inédito na região, foi elaborado sob a coordenação da Assessoria de Comunicação do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania — da qual éramos,

respectivamente, chefe e coordenadora de jornalismo — com apoio técnico do Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos (IPPDH).

Pela primeira vez, uma declaração sobre inteligência artificial foi concebida a partir da perspectiva dos direitos humanos e liderada por uma equipe de comunicação institucional. O texto reflete um avanço importante na integração entre tecnologia e direitos fundamentais, tratando de temas como soberania digital, riscos do uso de reconhecimento facial, impactos assimétricos da tecnologia sobre o Sul Global e a urgência de critérios públicos, transparentes e éticos na formulação de sistemas automatizados.

Apesar das resistências iniciais de algumas delegações em aceitar certos temas sensíveis, e da relutância de outras em aprovar o texto como um todo, a declaração foi aprovada por consenso e estabeleceu um marco político e simbólico para o bloco. Ainda distante de se traduzir em políticas concretas, ela abre caminhos e baliza futuras decisões no campo da regulação tecnológica com foco na dignidade humana.

Desde então, houve algum avanço no plano legislativo. O principal deles, no Brasil, é o Projeto de Lei 2338/2023, que propõe um marco legal para a inteligência

artificial. O texto, que tramita atualmente no Senado sob relatoria do senador Eduardo Gomes (PL-TO), classifica sistemas de IA por grau de risco e propõe a criação de uma autoridade reguladora. No entanto, o projeto ainda é genérico em pontos cruciais, como responsabilização de danos e mecanismos para mitigar vieses.

No cenário internacional, a União Europeia aprovou o AI Act, e organismos como a Unesco e a OCDE adotaram diretrizes alinhadas com o que foi proposto no Mercosul. Ainda assim, a implementação efetiva dessas iniciativas é lenta e, em muitos casos, apenas simbólica.

É preciso reconhecer que a inércia atual não é apenas técnica, é política. O que está em jogo não é a ausência de princípios, mas sim a ausência de vontade para colocá-los em prática. Sem regulação séria, fiscalização independente e participação pública, o risco é transformar a inteligência artificial em mais um vetor de exclusão.

A tecnologia avança. A regulação, nem tanto.

*Ruy Conde - CEO da It Comunicação Integrada

**Isabel Carvalho - Assessora-chefe de Comunicação Social da DPU

O CORREIO DA MANHÃ NA HISTÓRIA * POR BARROS MIRANDA



HÁ 95 ANOS: ALEMANHA SE PREPARA PARA ELEIÇÕES GERAIS

As principais notícias do Correio da Manhã em 25 de julho de 1930 foram: Estudante entra no gabinete do ministro do interior da

Romênia e o dá um tiro à queima roupa, quase o matando-o. Eleições governamentais no estado mexicano de Chihuahua terminam sangren-

tas, com vários mortos e feridos. Partidos políticos alemães se prepararam rumo às eleições gerais para o Parlamento.

HÁ 75 ANOS: EDUARDO GOMES ESTARÁ NA REUNIÃO DA UDN EM GOIÁS

As principais notícias do Correio da Manhã em 25 de julho de 1950 foram: Eduardo Gomes parte para Goiás, para acompanhar o

último dia da reunião estadual da UDN, antes de ir para a reunião de Minas Gerais. Praticamente todos os partidos do PR mineiro vão com

o Brigadeiro. PSD mineiro discute candidato ao governo. Inglaterra não decidiu se ajudará os EUA na Guerra da Coreia.

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929)
Paulo Bittencourt (1929-1963)
Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Patrick Bertholdo (Diretor Geral)
patrickbertholdo@correiodamanha.net.br

Cláudio Magnavita (Diretor de Redação)
redacao@jornalcorreiodamanha.com.br
Redação: Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rodolfo Lago (editor) e Rafael Lima
Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil
Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação) e Thiago Ladeira
Telefones (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872
WhatsApp: (21) 97948-0452
Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Melo Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057
Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Núcleo Bandeirantes
Brasília - DF CEP 71736-202
www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.